

Informe Mineral

Desenvolvimento & Economia Mineral

ISSN 1807-0388

1º Semestre 2005

DNPM
Departamento Nacional de Produção Mineral

Minas e Energia
Ministerio de Minas e Energia



Sumário

Apresentação

Editorial

- I. Ambiente Econômico
- II. Desempenho da Produção Mineral Brasileira
- III. Balança Comercial
- IV. Destaque
- V. Índice de Preços



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - BRASIL

Ministro de Estado
DILMA VANA ROUSSEFF

Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
GILES CARRICONDE AZEVEDO

Secretário Adjunto
CLÁUDIO SCLiar

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Diretor-Geral
MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

Diretor-Geral Adjunto
JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO

Diretor de Desenvolvimento e Economia Mineral
ANTÔNIO FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

APRESENTAÇÃO

O **Informe Mineral - Desenvolvimento & Economia Mineral** faz parte dos Estudos de Planejamento para o Setor Mineral - Ação do Programa de Gestão de Política Mineral, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME, inserido na concepção do PPA 2004-2007: *Brasil - Um país de todos*.

Portanto, ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM compete o levantamento e sistematização dos indicadores estatísticos (SisMine) mínero-econômicos do País, condição *sine qua non* à análise dos mercado de *commodities* minerais e sua inserção nas economias nacional e internacional.

Como destaque nesta edição do **INFORME MINERAL**, apresenta-se um exercício de relacionamento entre o **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano e a **CFEM** – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, com ênfase aos principais Municípios produtores de *commodities* minerais do Brasil.

Enfim, o **Informe Mineral - Desenvolvimento & Economia Mineral**, é parte integrante da Série de Estudos de Política e Economia Mineral da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Mineral – DIDEM, com periodicidade semestral, que consolida indicadores estatísticos e espelha o desempenho dos principais segmentos da Economia Mineral do País. Por oportuno, reitera-se aos cidadãos-usuários do Sistema MME que os estudos DIDEM-DNPM encontram-se disponíveis para consulta e *download* no Portal-DNPM: <http://www.dnpm.gov.br>

Antônio Fernando da S. Rodrigues
Diretor - DIDEM

INFORME MINERAL 2005

Publicação

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Setor de Altarquias Norte – Quadra 1, Bloco B

70041-903 – Brasília, DF – Brasil

Internet: <http://www.dnpm.gov.br>

Elaboração e edição

Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral – DIDEM

E-mail: didem@dnpm.gov.br

Antonio Fernando da Silva Rodrigues, *Geol., MSc*

Diretor

Grupo de Economia Mineral

Econ. Carlos Augusto Ramos Neves

Líder do grupo

Geól. Antônio Eleutério de Souza

Econ. e Geól. Mariano Laio de Oliveira

Geol. Vera Lúcia Aquino Barbosa

Colaboradores

Isabel Vinagre da Silva

Alcebíades Lopes do Sacramento

Arte/ Capa - Alencar Moreira Barreto

Jornalista (diagramação) - Isabel Carvalho



SUMÁRIO

Apresentação	03
Editorial	05
I. Ambiente Econômico	07
II. Desempenho da Produção Mineral Brasileira	10
III. Balança Comercial Brasileira	15
IV. Destaque - O Brasil Mineral e o IDH-M: f (PIB, FPM, CFEM)	23
V. Índice de Preços	27

Editorial

DNPM DIVULGA AS EXPECTATIVAS DO SETOR MINERAL

Brasil é um dos países em que aplicadores estrangeiros pretendem investir

Miguel Antonio Cedraz Nery, DSc
Diretor -Geral do DNPM

A manutenção dos preços das commodities em níveis elevados traz um aumento no patamar de atratividade para investimentos na indústria mineral. Por isso, constata-se um incremento nos fluxos de capitais dirigidos a vários países, voltados para exploração mineral, com vistas à geração de novas jazidas, bem como de inversões fixas aplicadas em projetos de empreendimentos produtivos.

Na rota desses fluxos de capitais, está o Brasil, como um dos principais vetores de interesses dos investidores, cabendo ao Estado a responsabilidade de criar condições favoráveis para o país se colocar entre os principais destinos dessas aplicações. No plano macroeconômico, o governo busca fazer a sua parte, controlando a taxa de câmbio, garantindo a estabilidade econômica, minimizando o risco-Brasil, criando condições para a retomada do crescimento econômico e obtendo superávits cada vez maiores da balança comercial brasileira.

No âmbito setorial, o governo federal tem priorizado ações voltadas para o aumento do potencial mineral, retomando os mapeamentos geológicos básicos e os aerolevantamentos, os quais há muito tempo não vinham sendo realizados. Garantir a estabilidade jurídica aos títulos de outorgas minerais é outra preocupação do governo.

Agilidade, transparência e segurança

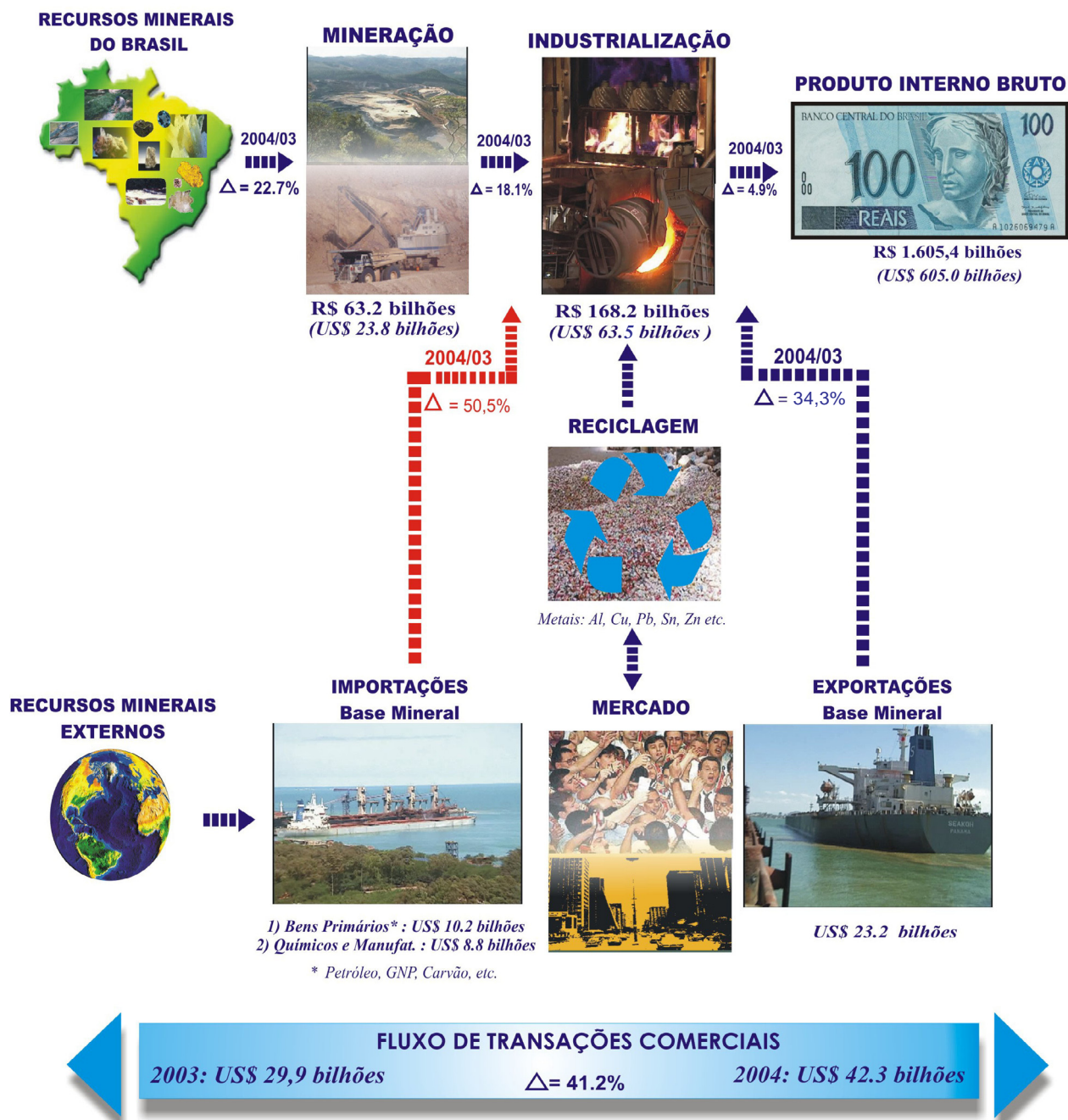
passam a ser palavras-chave, quando se pretende criar condições no país para que aqui sejam aportados capitais de risco em pesquisa mineral ou em empreendimentos produtivos e geradores de emprego e renda. Uma nova sistemática de outorga é no âmbito do DNPM, uma prioridade dentre diversos projetos. Para isso, será criado um modelo que permita superar a carga burocrática que emperra o andamento dos processos, adotando-se tecnologia da informação como instrumento de crítica dos requerimentos de pesquisa e liberando a mão-de-obra para atividades mais nobres.

Sem dúvida que um novo paradigma de gestão do patrimônio mineral está se delineando. Nele, pretende-se democratizar as condições de acessibilidade aos recursos minerais do subsolo, em sistemas geo-referenciados, por meio de requerimentos via internet e outorgas de alvarás on line, em tempo real. Um sistema que elimine interferências de requerimentos, que minimize os conflitos administrativos, que dê ao titular de um alvará ou de uma concessão, o real direito de pesquisar ou de produzir, coibindo-se o movimento especulativo de áreas.

O DNPM, no atual governo, quer contribuir para que o Setor Mineral Brasileiro cumpra o seu papel de fornecedor de matéria-prima, agregando valor com a industrialização, atendendo às demandas da sociedade.

ECONOMIA MINERAL BRASILEIRA

Influência dos Bens Minerais na Economia 2004



Fonte: DNPM/DIDEM, IBGE, BACEN.



I. AMBIENTE ECONÔMICO

A afirmação dos fundamentos macroeconômicos do Governo Federal, pautados na austeridade nas contas públicas, no superávit fiscal consistente, rigor no controle da inflação e na opção pela livre flutuação cambial, associado ao comportamento da economia mundial - refletido no dinamismo da produção, pela forte expansão do comércio global e pela elevada liquidez de recursos financeiros do País - apresentam-se como verdadeiros barômetros para a medida do desempenho positivo da economia brasileira em 2004.

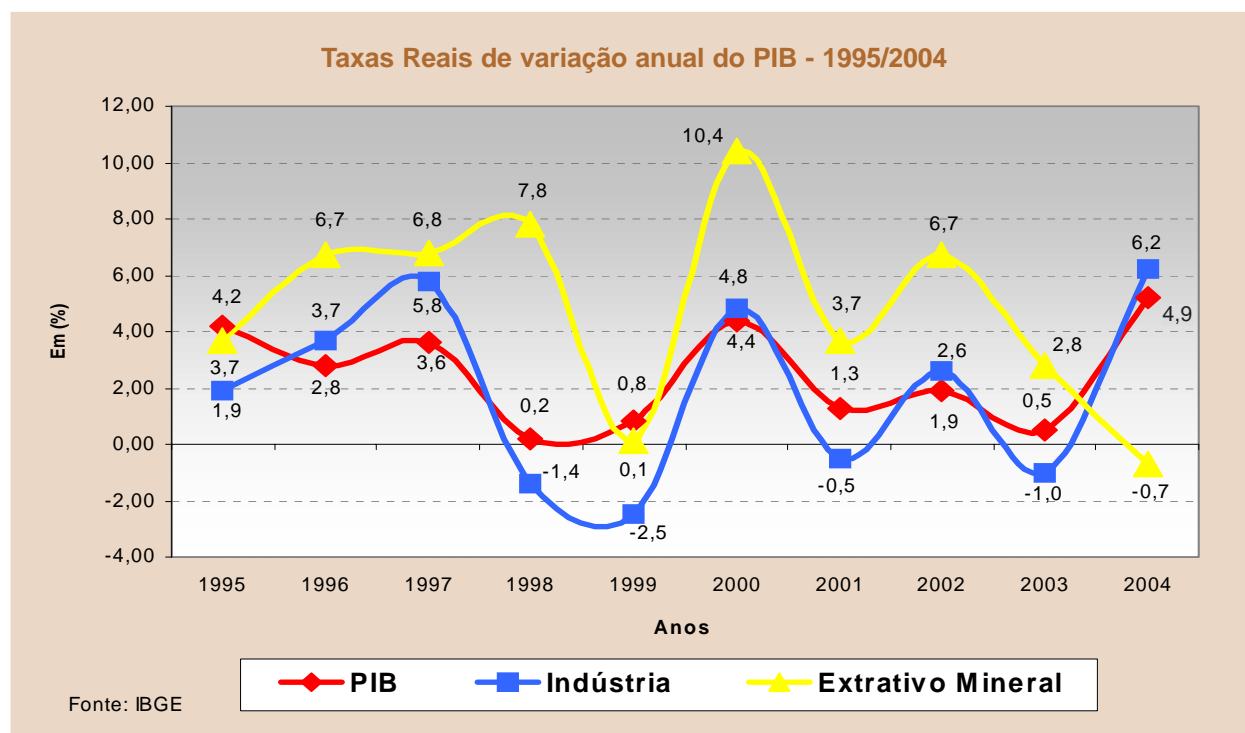
Sob essa perspectiva, conforme o IBGE, o Produto Interno Bruto – PIB, impulsionado pela demanda interna e pela retomada dos investimentos no País, cresceu 4,9% em 2004. A desagregação desse macro-indicador, entre os diferentes setores da economia (Primário, Secundário e Terciário), sinaliza que a agropecuária teve crescimento de 5,3%, a indústria apresentou expansão de 6,2% – após variação negativa em 2003 – e por último, os serviços 3,7%, respectivamente.

Nas contas externas, o fluxo de transações correntes apresenta alteração notável, porquanto o País saltou de uma média

anual de US\$ 52,5 bilhões de exportações para 96,5 bilhões em 2004, influenciando no superávit das contas externas de US\$ 11,7 bilhões, refletindo no saldo comercial de US\$ 33,7 bilhões.

A indústria extrativa mineral, após onze anos de crescimento, apresentou queda 0,7%, cujo declínio está ligado a queda da produção de petróleo. Não obstante, ao se excluir o petróleo da análise, observa-se um acréscimo da ordem de 2,7% da mineração na economia brasileira. A propósito, importa registrar a evolução significativa setorial, de uma participação modesta de 1,5% em 1999, para 4,2% do PIB em 2004.

Num ambiente globalizado onde há prevalência da competitividade de mercado, associada ao planejamento estratégico de ações público e privada é que o desempenho da mineração brasileira mais surpreendeu em 2004. Neste contexto é que se destaca o superávit na balança comercial em US\$ 33.693 milhões, 35,7% acima do registrado em 2003, superando os gastos com juros, viagens internacionais, lucros e dividendos, entre outros, e proporcionando uma melhora significativa no saldo em transações correntes de (US\$ 11.669 milhões).

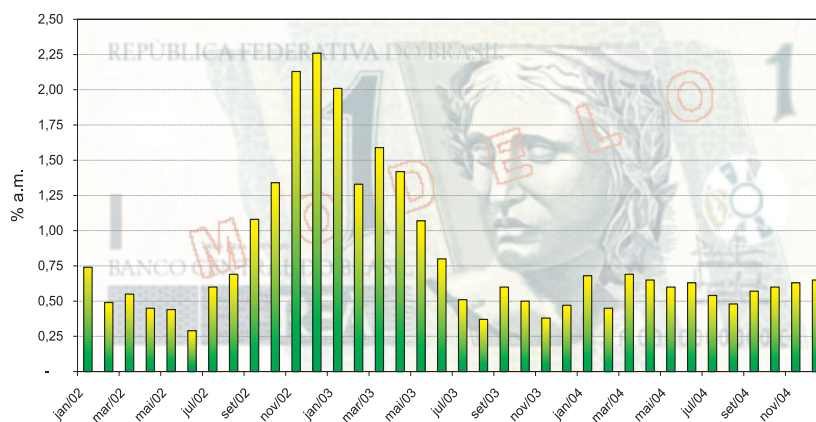


As exportações, estimuladas pela elevação de preços e aumento da demanda externa, somaram US\$ 96.475 milhões. Aquelas concentradas nos produtos básicos registraram crescimento de 34,6%, enquanto as exportações de manufaturados aumentaram 33,5%. O aumento das importações (30,1%) foi determinado principalmente pelo aumento dos preços de petróleo e pelo crescimento da compra dos bens intermediários, reflexo da expansão interna da produção industrial.

A inflação manteve sua tendência de queda, ficando em 7,6%, abaixo do limite máximo de 8% planejado. Em 2004, a meta era de 5,5%, admitindo-se uma tolerância de mais ou menos

Taxa de Inflação - Núcleo IPCA

2002/2004



Fonte: IPEA.

2,5%. A estratégia do Banco Central para atingir a meta de inflação implicou numa revisão da trajetória declinante da taxa básica de juros abaixo de 2003 (R\$ 914,74).

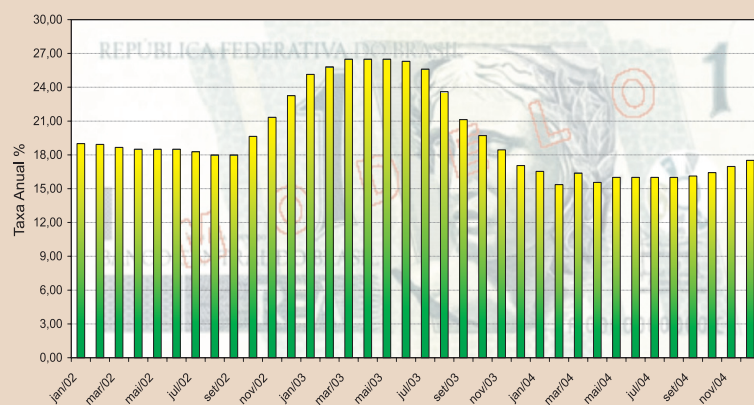
Uma melhora na percepção dos investidores estrangeiros ocasionou um fluxo líquido de investimento de US\$ 18.166 milhões, contra US\$ 10.144 milhões em 2003. Além disso, os reflexos da retomada do crescimento fizeram-se sentir no mercado de trabalho, onde a taxa média de desemprego em 2004 ficou em 11,5%, 0,8% menor do que a registrada em 2003 (12,3%). Porém, o aquecimento do mercado de trabalho não

promoveu uma melhora da renda, em termos reais o rendimento médio de R\$ 907,84 em 2004 ficou abaixo de 2003 (R\$ 914,74).

A propósito, a escalada da SELIC começou em setembro, quando estava no menor patamar (16%), com alta de 0,25%. Desde então, sistematicamente, os juros tornaram a subir 0,5% todos os meses, atingindo a marca de 17,75% em dezembro 2004.

TAXA DE JUROS SELIC - Taxa Anual

2002/2004



Fonte: Banco Central do Brasil

Sob o ponto de vista fiscal, em 2004 manteve-se a coerência política econômica de ajuste fiscal iniciado no ano anterior. Com efeito, o superávit primário consolidado do setor público alcançou R\$ 81,1 bilhões, ultrapassando o piso acordado com o FMI. O Governo Federal foi o que mais contribuiu para o resultado do superávit, com R\$ 52,4 bilhões, seguido pelos Estados e Municípios (R\$ 17,5 bi) estatais (R\$ 11,2 bilhões).

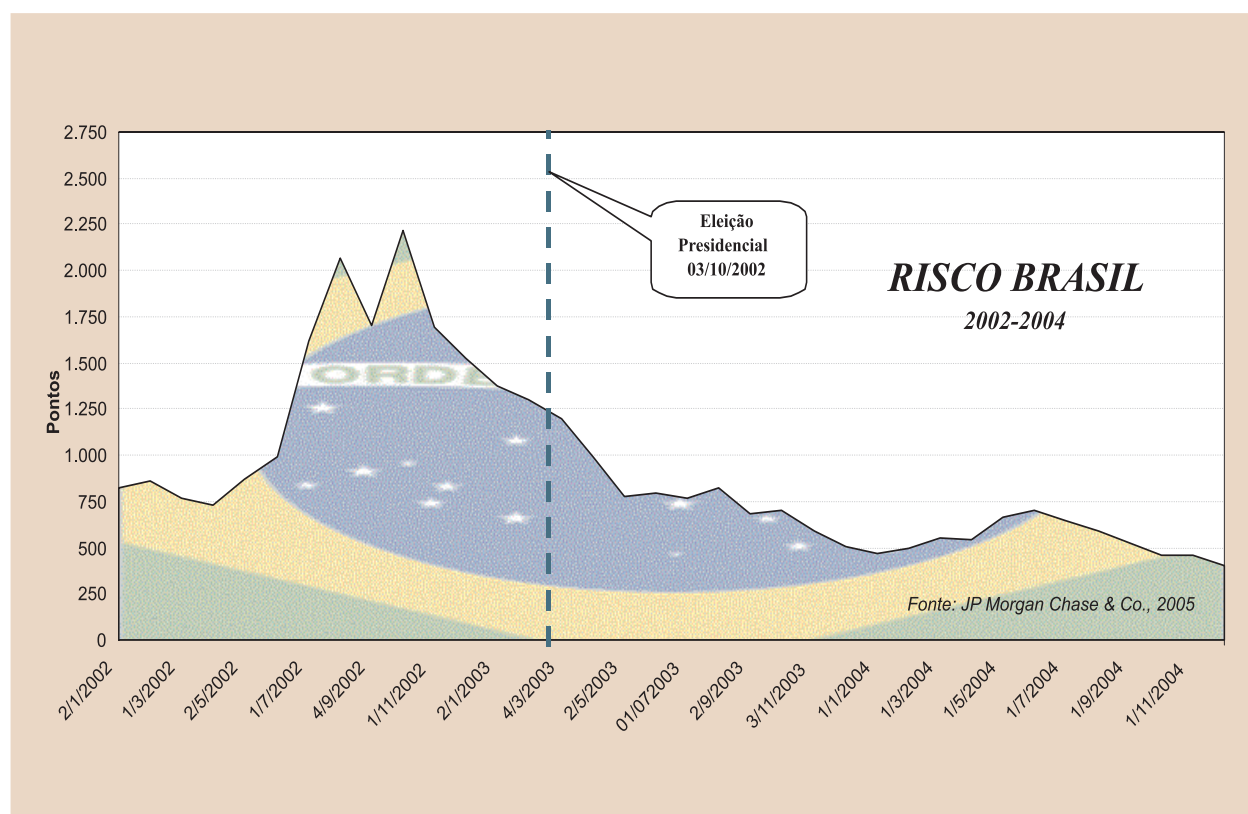
RISCO BRASIL

O EMBI+ (*Emerging Market Bond Index-Plus*), Índice de Títulos da Dívida de Mercados Emergentes, representa o principal índice de risco-país, referência de investidores internacionais, na avaliação de títulos de países com significativa emissão no mercado internacional (US\$ 500 Mi a.a.), destacando-se o Brasil, a Rússia, o México, a Argentina, Peru, a Venezuela, Polônia, Panamá, Equador e Nigéria.

Com efeito, os exercícios de avaliações de risco (*benchmark*) de agências internacionais – reflexo da taxa de juros que os certificados de dívida emitidos pelos governos dos países emergentes remuneram acima da praticada pelo Tesouro dos EUA – são verdadeiros barômetros indicadores de flutuações (cenários político e econômico), aferidores dos graus incertezas (*default*) sobre

o futuro das economias dos países.

Admitindo-se, portanto, como risco zero a certeza do pagamento – p.e.: títulos emitidos pelo Tesouro americano – e analisando-se a série-histórica risco-Brasil recente, conclui-se que o ágio pago pelo Tesouro brasileiro decaiu progressivamente de um índice estratosférico no período da eleição presidencial (2.436 pontos, em 27.09.2002) para menos de 500 p (dez. 2004) – declínio significativo do risco-Brasil (EMBI+) ou seja de 24% para 5% de ágio – o que significa um ambiente mais favorável à captação e negociação de recursos externos para a ampliação da capacidade produtiva do País, expressando a crescente confiabilidade dos investidores externos nos títulos nacionais, na recuperação econômica e retomada do desenvolvimento do País.



II. DESEMPENHO DA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA

Os indicadores de desempenho convergem para um crescimento da ordem de 3,4% da indústria extrativa mineral em 2004. O aumento no ritmo de produção é observado em praticamente todas substâncias minerais pesquisadas, com exceção do potássio e petróleo. Os indicadores de desempenho da produção mineral são influenciados significativamente, pela maior extração de minério de ferro, puxado por uma demanda global ascendente, principalmente do mercado chinês.

Do exercício comparativo entre 2004/2003, observa-se que o segmento dos minerais metálicos apresenta-se como o de maior impacto positivo na formação da taxa global no índice da produção da indústria extrativa mineral. A propósito, este segmento é representado no Informe Mineral pelo levantamento de onze substâncias minerais, que respondem por 24,3% do valor da Produção Mineral Brasileira – PMB, apontando-se um crescimento da ordem de 16,3%.

Por outro ângulo – considerando-se a pesquisa realizada com dez substâncias minerais – os não-metálicos respondem por 13,1% do valor da PMB, apresentando um crescimento da ordem de 3,1%.

Em sentido oposto, o desempenho negativo do segmento dos energéticos (-0,8%)

– aqui representado por três substâncias minerais (carvão, petróleo e GNP), responde por 62,6% da PMB.

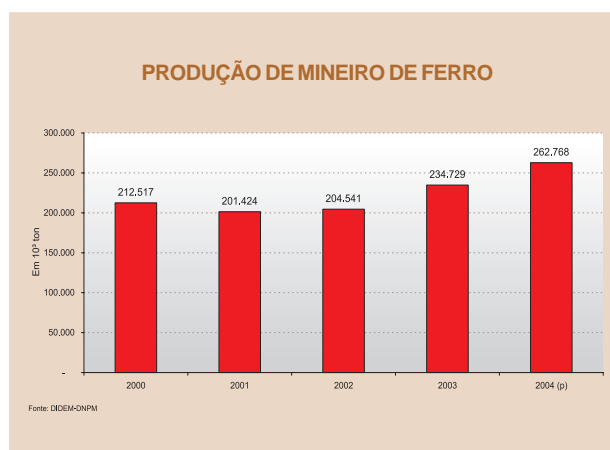
Pode ser explicado pelo recuo na produção média anual da PETROBRÁS de 1,54 milhão de barris/dia-2003 para 1,49 milhão de barris/dia-2004. Conforme a PETROBRAS, esse declínio é explicado pelo atraso no início de operação das Plataformas: P-43 (Campo de Barracuda), P-48 (Caratinga) e P-50 (Albacorra). Entretanto, a estatal anuncia o alcance de um patamar sustentável de produção a partir do adicional produtivo de novas unidades flutuantes, prevendo para 2006 atingir a média de 1,950 milhão de barris/dia, em busca da auto-suficiência nacional.

Desconsiderando-se os energéticos (petróleo e gás natural), no cálculo do índice da produção mineral, a evolução da produção da indústria extrativa mineral passa de 3,4% para 11,4% em 2004. Esse importante avanço no desempenho do PMB é atribuído à retomada da demanda interna, recuperação dos preços e a expressiva ampliação das exportações de *commodities* minerais. A maior lucratividade das empresas de mineração, apresenta-se como fator indutor de novos investimentos e na ampliação da capacidade instalada do parque minero-siderúrgico nacional no médio e longo prazos.

MINÉRIO DE FERRO

A produção mundial de minério de ferro atingiu 1,3 bilhão de toneladas em 2004, o que resultou no crescimento de 7,8% ante 2003.

Os cinco maiores produtores mundiais, China, Brasil, Austrália, Índia e Rússia, concentram 74,5% desse total. As jazidas de classe internacional do Brasil, situadas principalmente nos Estados de Minas Gerais, Pará Mato e Grosso do Sul, apresentam-se como diferencial comparativo à concorrência internacional, condição *sine qua non* a resposta à demanda global crescente de minério de ferro e aço, que superou a 263 milhões de toneladas em 2004, 11,9% a mais que 2003.



BAUXITA

Em 2004, foram produzidas 19,8 milhões de toneladas de bauxita, 13,0% a mais que no ano anterior. Para esse resultado, além do bom desempenho do consumo doméstico, as exportações tiveram uma contribuição muito importante. O segmento tem como principal empresa a Mineração Rio do Norte, que após concluir o projeto de expansão no primeiro semestre de 2004, a sua produção já superou em 2,8% à capacidade nominal instalada de 16,3 milhões de toneladas.

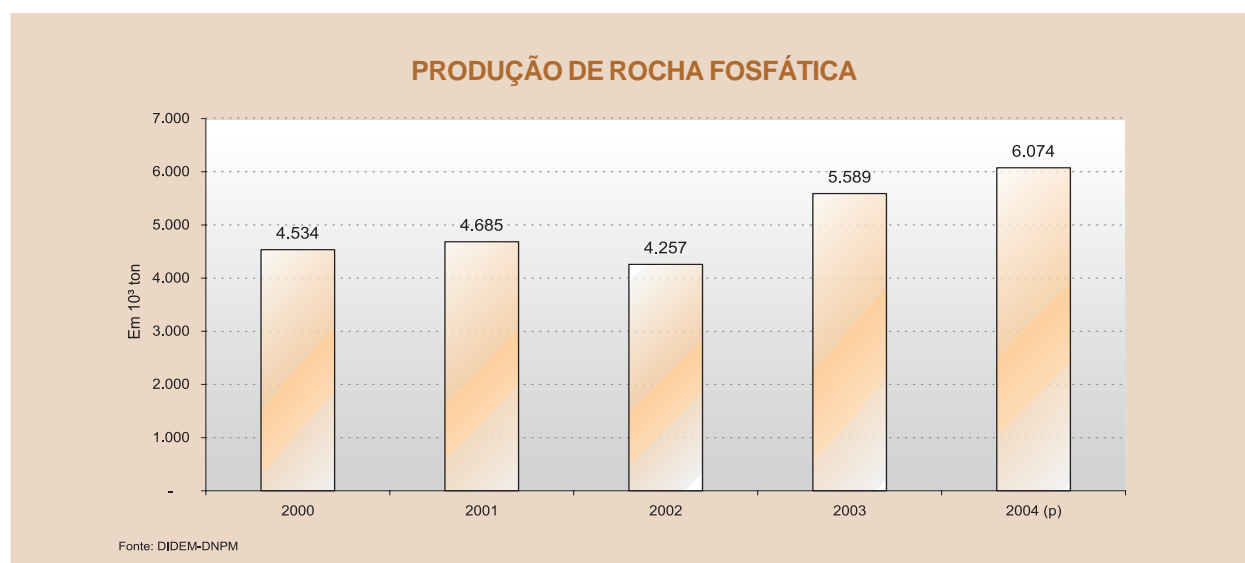


ROCHA FOSFÁTICA

A demanda nacional de rocha fosfática responde diretamente ao consumo de fertilizantes, ácido fosfórico, produtos químicos e ração animal. Pressionada pelo crescimento da economia agrícola, a produção de rocha fosfática em 2004 atingiu 6.074 mil toneladas, 8,7% maior que a do ano anterior.

O consumo de rocha fosfática é superior à produção interna, exigindo-se adicionais

externos da ordem de 1,6 milhão de toneladas em 2004, 41,6% superior ao registrado em 2003, cujos valores em divisas de US\$ 74,9 milhões, com crescimento de 45,3%. Vale destacar a importância do continente africano no fornecimento de rocha fosfática ao País, haja vista que 50,0% das importações brasileiras, são oriundas do Marrocos e Argélia.



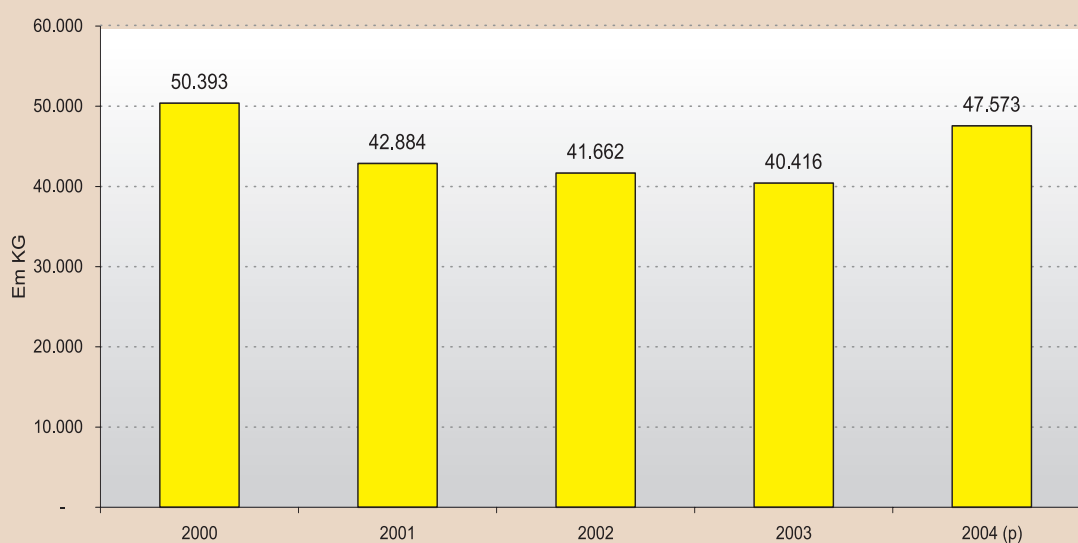
CAULIM

O caulim tem muitas aplicações industriais, porém, a indústria de extração e beneficiamento de caulim está voltada principalmente para a produção de insumos para as indústrias de papel e cerâmica. Estima-se que 80% do consumo de caulim sejam direcionados para esses setores. A produção brasileira de caulim está concentrada em apenas três empresas: CADAM, Imerys Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, cresceu 6,9%, passando de 2,1 mil toneladas em 2003 para 2,2 mil toneladas em 2004. Parte expressiva da produção brasileira direciona-se ao mercado internacional. Em 2004, foram exportadas 2,2 mil toneladas, representando 96,0% da produção nacional, gerando receitas de US\$ 230 milhões.

OURO

Em 2004, produção brasileira de ouro foi ordem de 47,6 t, maior 17,7% que no exercício anterior. A produção industrial, equivalente a 28,5 t, respondeu por 59,9% da produção nacional de ouro e apresentou um crescimento de 9,3%. A empresa AngloGold Ashanti Mineração Ltda., constituída da fusão das empresas Mineração Morro Velho Ltda. e Mineração Itajobi Ltda., foi a principal produtora de ouro em 2004, participando com 15,7% da produção brasileira, seguida pela Rio Paracatu Mineração S/A, do grupo Kinross Gold Corporation (12,3%), Mineração Serra Grande S/A, subsidiária das multinacionais AngloGold Ashanti e Kinross Gold Corporation (12,2%) e Sertão Mineração Ltda. (5,6%).

PRODUÇÃO DE OURO



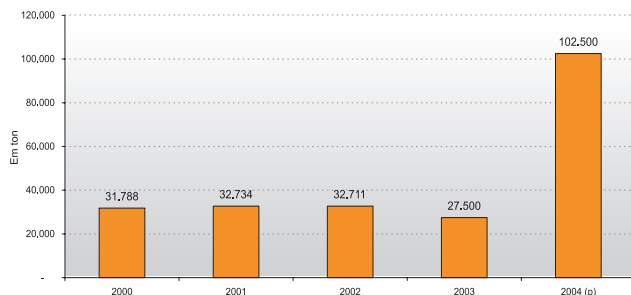
Fonte: DIDEIM-DNPM

A retomada das atividades de garimpagem foi a grande responsável pelo aumento da produção de ouro no País em 2004, sendo estimada em 19,1 t, apresentando expressivo acréscimo da ordem de 33,0%. A elevação da cotação de ouro, atingindo patamares que não eram alcançados desde 1988, proporcionou a viabilidade econômica de depósitos secundários e o refluxo dos garimpeiros.

COBRE

A entrada da Companhia Vale do Rio Doce no ramo da exploração de cobre no Brasil, com a implantação do Projeto Sossego, mina localizada no município de Canaã dos Carajás no Estado do Pará, impactou significativamente a produção nacional com índices da ordem de 275,4%, atingindo 102,5 mil toneladas de cobre contido no concentrado em 2004. Com efeito, a CVRD tornou-se responsável por aproximadamente 73% da produção nacional de cobre contido, com uma produção de 75 mil toneladas, ultrapassando a Mineração Caraíba S/A que produziu 25,7 mil toneladas no respectivo período.

PRODUÇÃO DE COBRE



Fonte: DIDEA/DNPM

A mina de Sossego iniciou sua operação em janeiro de 2004, atingindo o nível de operação comercial em junho. Visando consolidar sua posição no mercado de cobre a CVRD prevê para meados de 2007 o início da operação do *Projeto 118*, com produção estimada em 6,7 milhões de t de minério de cobre oxidado, na perspectiva de gerar 45 mil t/ano de Cu-cátodo, a partir de 2008.

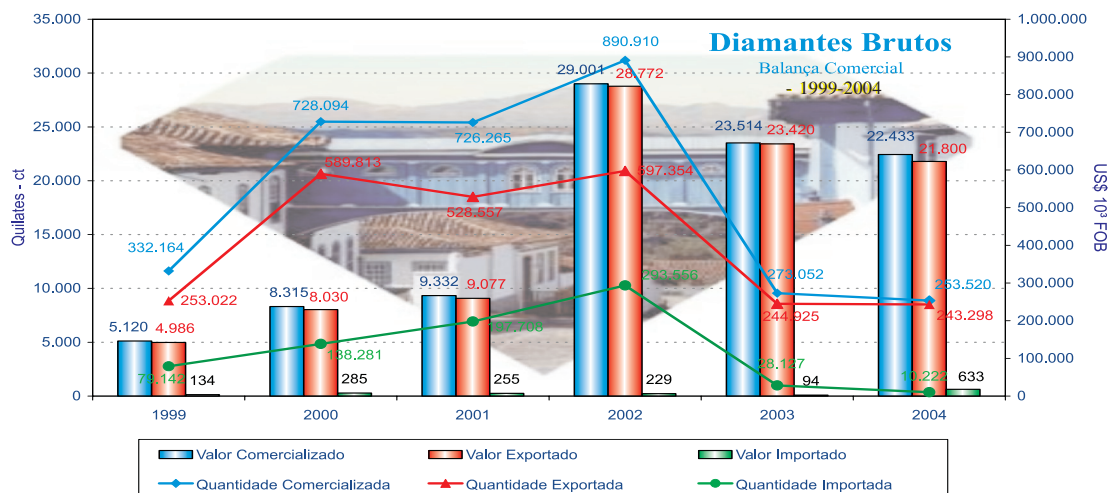
DIAMANTES

Estima-se que a produção mundial de diamantes brutos, em 2004, alcançou 138 M ct (milhões de quilates), valorados a ordem dos US\$ 8,1 bilhões. O ranking mundial de países produtores é liderado pela Rússia (23,3%) e Botswana (22,6%), seguidos pela RD Congo (21,9%), Austrália (15,3%), África do Sul (10,6%), Angola (4,8%), Namíbia (1,4%) e Brasil (0,22%).

O fluxo de transações correntes Brasil vs mercado internacional, apontou em 2004 um movimento de 253.520 ct, correspondentes a US\$ 22.433 M, apresentando um declínio da ordem de -7,% e -4,6%, respectivamente. Neste contexto, as exportações foram de 243.298 ct, correspondendo a um faturamento da ordem de US\$ 21,8 milhões, com os seguintes destinos: UE (63%), Emirados Árabes (61,9%), EUA (26,1%) e outros (1,92%).

A Caixa Econômica Federal arrecadou R\$ 716.920,00 com o leilão de 665 ct de diamantes bruto em posse dos índios Cintas-Largas, produzidos na Reserva Indígena do Roosevelt, em Rondônia, realizado 03.02.2005, no Rio de Janeiro. Deduzidos os custos da operação e dos impostos, o valor líquido apurado foi creditado aos Cintas-Largas. A pedra mais cara, com 28,4 quilates, foi arrematada por R\$ 257 mil. O lote de valor mínimo, pautado em R\$ 100,00, também obteve ágio expressivo, arrematado por R\$ 700,00.

Importa registrar que esse foi o primeiro leilão oficial realizado pela CEF tendo como objeto diamantes brutos, legitimada por Medida Provisória nº 225, dou de 23.11.2004.



Fonte: SECEX/MDIC; DIDEA/DNPM.

Produção Mineral Brasileira 2004-2003

(Bens Minerais Selecionados)

SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE (t)		2004/2003 (%)
	2004 ^(p)	2003 ^(p)	
ALUMÍNIO (Bauxita)	19.811.300	17.526.900	13,0
AREIA ^(*)	194.698.000	192.644.000	1,1
Barita (minério)	63.100	54.700	15,3
BRITA ^(*)	143.541.000	142.026.000	1,1
CARVÃO	5.170.800	4.681.500	10,4
CAULIM	2.236.900	2.093.000	6,9
CHUMBO ⁽¹⁾	14.700	10.600	38,7
COBRE ⁽¹⁾	102.500	27.500	275,4
CRISOTILA (fibras)	252.100	231.100	9,1
CROMO (Cr ₂ O ₃)	259.100	147.640	75,9
ESTANHO ⁽¹⁾	12.500	12.100	3,3
FERRO	262.767.600	234.729.100	11,9
FLUORITA	49.500	48.900	1,2
GÁS NATURAL (10 ³ m ³)	16.971.156	15.792.064	7,5
GRAFITA	76.300	70.700	7,9
MAGNESITA ⁽²⁾	1.178.400	1.079.500	9,2
MANGANÊS	3.117.000	2.543.800	22,5
NIÓBIO (Pirocloro) ⁽³⁾	37.000	36.100	2,5
NÍQUEL ⁽⁴⁾	33.100	30.900	7,1
OURO (kg)	47.573	40.416	17,7
PETRÓLEO (m ³)	85.967.000	86.820.000	(1,0)
POTÁSSIO (K ₂ O)	403.100	415.500	(3,0)
ROCHA FOSFÁTICA (concentrado)	6.073.900	5.587.800	8,7
VERMICULITA	28.700	20.300	41,4
ZINCO ⁽¹⁾	34.100	28.000	21,8

Fonte: DNPM/DIDEM; SNIEE; ANP.

Notas: (p) Preliminar; (*) Produção estimada com base no consumo nacional de cimento portland, fonte: SNIC; (1) Metal contido no concentrado; (2) Inclui magnesita calcina, cáustica, moída e sinter; (3) Em Nb₂O₅; (4) Níquel contido no carbonato e no matte.

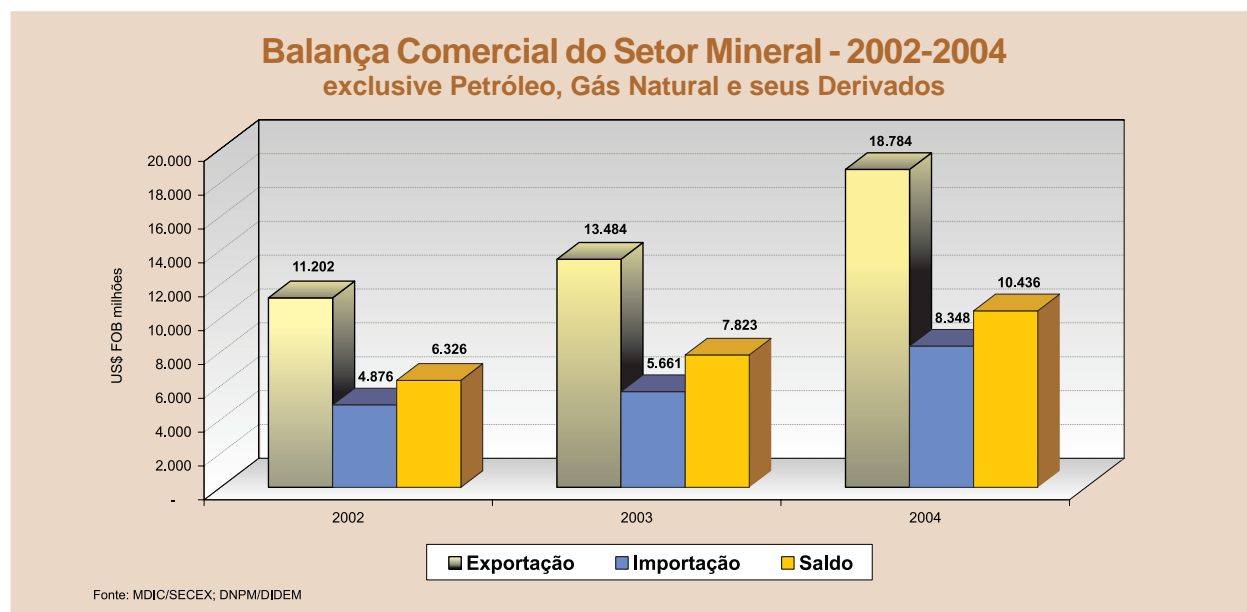
III. BALANÇA COMERCIAL DO SETOR MINERAL

No ano de 2004, a balança comercial do setor mineral registrou superávit de US\$ 4,21 bilhões, período em que o fluxo de comércio exterior totalizou US\$ 42,28 bilhões. As exportações alcançaram US\$ 23,25 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 19,03 bilhões, com crescimento nominal de 34,3% e 50,5%, respectivamente, em relação a 2003.

Excluindo-se petróleo, gás natural e seus derivados das contas do comércio exterior do setor mineral em 2004, verifica-se um superávit significativo de US\$ 10,47 bilhões, equivalentes à cerca de 30,9% do saldo da balança comercial brasileira, representando um crescimento de 33,4% em relação ao ano anterior.

As vendas desse segmento destinaram-se especialmente à China, Alemanha, Japão, França, Estados Unidos, Itália e Coréia do Sul.

As vendas de minério de ferro, principal produto da pauta da exportação do setor mineral brasileiro, foram direcionadas principalmente para China (23,4%), Alemanha (11,8%) e Japão (10,8%), importando em US\$ 4,76 bilhões, ampliando-se 37,7% em relação a 2003. O volume exportado expandiu 17,1% com aumento de 17,2% no preço do ferro. A comercialização de caulim expandiu-se 12,1%, em decorrência do maior volume embarcado (15,9%), já que os preços regrediram 3,2%. Bélgica, Japão e Estados Unidos destacam-se como principais importadores do caulim brasileiro.



Assim, a elevada taxa de incremento no fluxo de comércio exterior nesse período deveu-se a expansão de 39,3% nas exportações, que totalizaram US\$ 18,78 bilhões, impulsionados pela elevação da demanda global por produtos básicos, associado ao expressivo aumento de preços das *commodities* minerais. O crescimento de 47,5% nas importações, que situaram-se em US\$ 8,35 bilhões, reflete a retomada do crescimento interno da economia.

As exportações de bens primários foram responsáveis por 31,0% da receita verificada em 2004, somando US\$ 5,83 bilhões, valor 42,0%

superior ao computado no ano anterior.

A receita da bauxita elevou-se em 56,5%, em decorrência do maior volume (54,9%) comercializado, haja vista que os preços médios ficaram praticamente estáveis, comparativamente a 2003. As exportações de bauxita foram direcionadas em grande parte aos Estados Unidos, Canadá e Irlanda.

Com a entrada em operação comercial do *Projeto do Sossego*, ocorreram os primeiros embarques de cobre, em junho de 2004, que resultaram uma receita de US\$ 171 milhões, cujo destino das vendas (229.272t.) foram: Índia, Coréia do Sul, China e Bulgária.

Entre outras substâncias minerais com participação significativa na comercialização de bens primários, pode-se destacar o segmento de Rochas Ornamentais que apresentou uma elevação de receita da ordem de 33,7%, cujo resultado das exportações aponta US\$ 174 milhões, com incremento de 5,3% nos embarques. O manganês, por sua vez, também mostrou expansão nas vendas, particularmente em função das maiores quantidades exportadas (76,0%), sobrepondo-se a receita obtida (54,4%).

As exportações de produtos semimanufaturados apresentaram crescimento de 37,2%, elevando a sua participação a 35,3% do total da receita do Setor Mineral Brasileiro, reflexo não somente do maior volume físico, mas, fundamentalmente, da elevação dos preços internacionais. Entre os principais produtos semimanufaturados, destacam-se ferro e aço, representando 50,9% das vendas nesse grupo em 2004, seguido do alumínio, ouro, nióbio e níquel. Destes 39,3% foram destinados para os Estados Unidos.

As vendas dos manufaturados elevaram-se 37,2% em relação a 2003, totalizando US\$ 5,82 bilhões. Entre os produtos com crescimento nas exportações, destacaram-se os manufaturados de minério de ferro, argila processada, alumínio e rochas ornamentais. Em geral, o aumento da receita deveu-se à elevação da quantidade exportada e de preços.

As receitas de compostos químicos alcançaram US\$ 530 milhões em 2004, o que representou crescimento de 32,8%, creditado, principalmente, aos produtos originários de rocha fosfática, que atingiram US\$ 239 milhões.

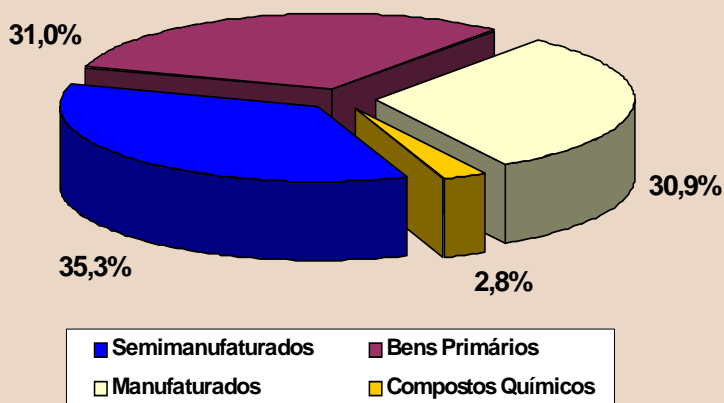
Principais Países de Destinos dos Bens Primários 2004⁽¹⁾

Em US\$ milhões

Países	Valor US\$-FOB milhões	Participação (%)
China	1.430,00	24,5
Alemanha	590,00	10,1
Japão	563,00	9,7
França	308,00	5,3
Estados Unidos	304,00	5,2
Itália	349,00	6,0
Coréia do Sul	321,00	5,5
Bélgica	259,00	4,4
Argentina	192,00	3,3
Egito	129,00	2,2
Espanha	102,00	1,7
Holanda	85,00	1,5
Outros	1.201,00	20,6
TOTAL	5.833,00	100,00

Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM.
Nota: Exclusive petróleo e gás natural.

Participação dos Segmentos na Exportação do Setor Mineral - 2004 (Exclusive Petróleo, Gás Natural e seus Derivados)



Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Os dispêndios de US\$ 3,41 bilhões com as importações de bens primários foram 59,3% superior ao verificado em 2003. Esse resultado é reflexo direto da recuperação da economia nacional, principalmente das atividades siderúrgicas, agrícolas e metalúrgicas, cujo aquecimento implicou na maior demanda de insumos minerais básicos, entre os quais destacam-se: carvão mineral (50,0%), potássio (56,7%), enxofre (27,2%), rocha fosfática (45,3%), cobre (138,0%) e molibdênio (170,0%).

Quanto à origem das importações brasileiras desses bens minerais em 2004, constata-se que das compras de carvão mineral (US\$ 1,42 bilhões), 28,0% foram fornecidas pela Austrália, 21,0% pelos Estados Unidos, 19,0% pela China, 9,0% pelo Canadá e 5,0% África do Sul. O somatório das expensas com insumos básicos para a agricultura (potássio, enxofre e rocha fosfática), que alcançou US\$ 1,21 bilhão, derivados do Canadá (26,9%), da Rússia (17,6%), de Israel (16,3%) e da Alemanha (14,9%). Por último, registra-se que as aquisições de cobre

Principais Países de Origens dos Bens Primários 2004⁽¹⁾

Em US\$ milhões

Países	Valor US\$-FOB milhões	Participação (%)
Chile	508,00	14,9
Canadá	396,00	11,6
Estados Unidos	395,00	11,6
China	373,00	10,9
Israel	274,00	8,0
Austrália	258,00	7,6
Rússia	218,00	6,4
Belaurus	187,00	5,5
Alemanha	182,00	5,3
Outros	620,00	18,2
TOTAL	3.411,00	100,0

Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM.

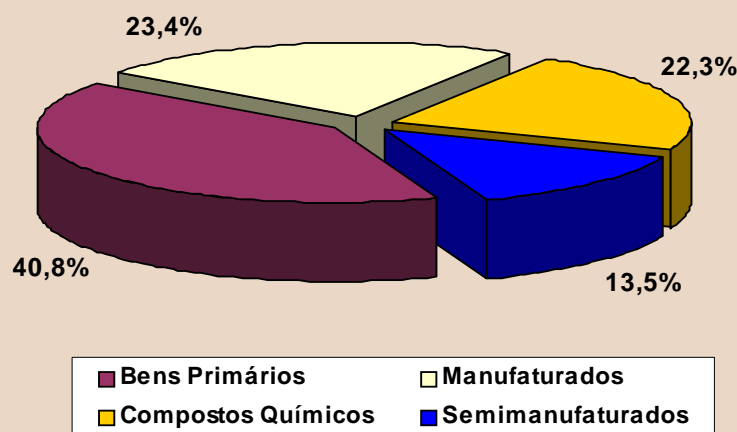
Nota: Exclusive petróleo e gás natural.

(81,0%) e molibdênio (91,0%) foram provenientes do Chile.

Os gastos com semimanufaturados e manufaturados totalizaram US\$ 3,08 bilhões, acréscimo de 42,3% em

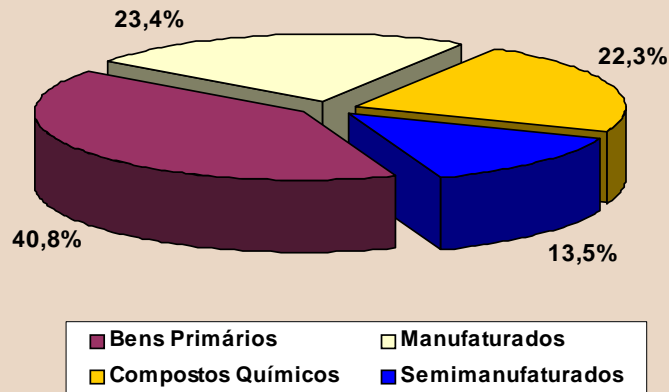
relação ao mesmo período de 2003. Devido ao aumento na procura de produtos fosfatados, as despesas com compostos químicos tiveram acréscimo de 36,9%.

Participação dos Segmentos na Importação do Setor Mineral - 2004 (Exclusive Petróleo. Gás Natural e seus Derivados)



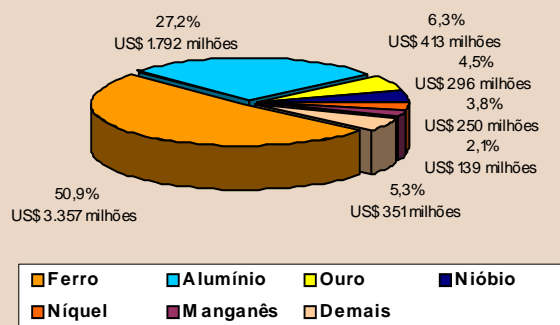
Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Participação dos Segmentos na Importação do Setor Mineral - 2004 (Exclusive Petróleo. Gás Natural e seus Derivados)



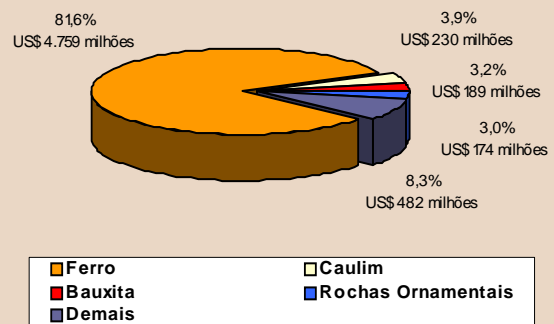
Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Participação dos Principais Semimanufaturados Exportados - 2004



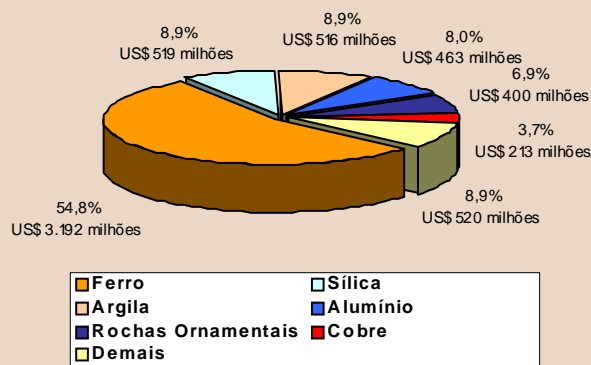
Fonte: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Participação dos Principais Bens Primários Exportados - 2004



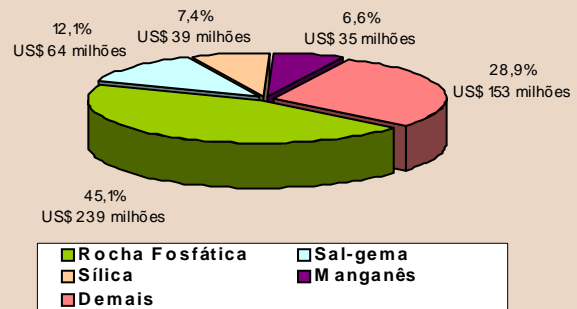
Fonte: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Participação dos Principais Manufaturados Exportados - 2004



Fonte: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Participação dos Principais Compostos Químicos Exportados - 2004



Fonte: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM

Setor Mineral Brasileiro
Principais Produtos Exportados
2003-2004 ⁽¹⁾

Discriminação	2003		2004	
	t	US\$-FOB milhões	t	US\$-FOB milhões
Bens Primários	-	4.107	-	5.833
Ferro	174.846.044	3.456	204.767.547	4.759
Caulim	1.852.376	205	2.147.980	230
Bauxita	4.705.826	121	7.290.491	189
Rochas Ornamentais	912.763	130	961.223	174
Outros	-	195	-	482
Semimanufaturados	-	4.809	-	6.598
Ferro	11.742.761	2.233	12.581.193	3.357
Alumínio	2.632.127	1.443	2.740.705	1.792
Ouro	28	327	31	413
Nióbio	33.702	281	35.778	296
Níquel	26.048	143	28.854	250
Manganês	175.677	80	154.971	139
Outros	-	302	-	351
Manufaturados	-	4.169	-	5.823
Ferro	5.809.549	2.303	5.711.288	3.192
Sílica	472.656	397	529.034	519
Argila	1.282.343	235	1.746.418	516
Alumínio	187.577	343	218.318	463
Rochas Ornamentais	523.886	281	748.469	400
Cobre	55.052	101	77.089	213
Outros	-	509	-	520
Compostos Químicos	-	399	-	530
Rocha Fosfática	599.632	214	730.993	239
Sal-gema	-	-	169.599	64
Sílica	42.482	29	58.964	39
Manganês	20.704	28	21.182	35
Outros	-	128	-	153

Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM.

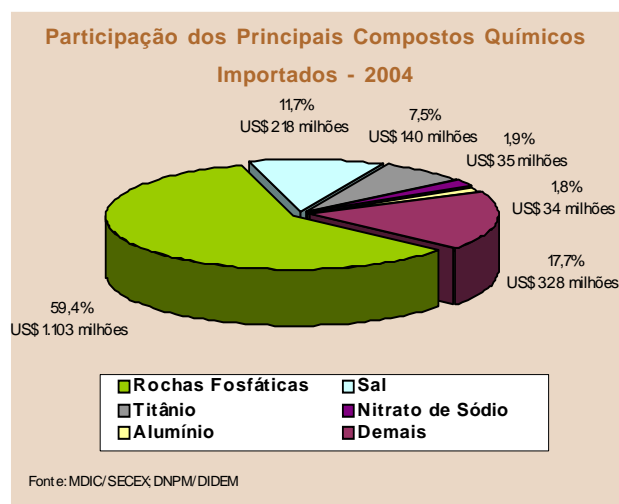
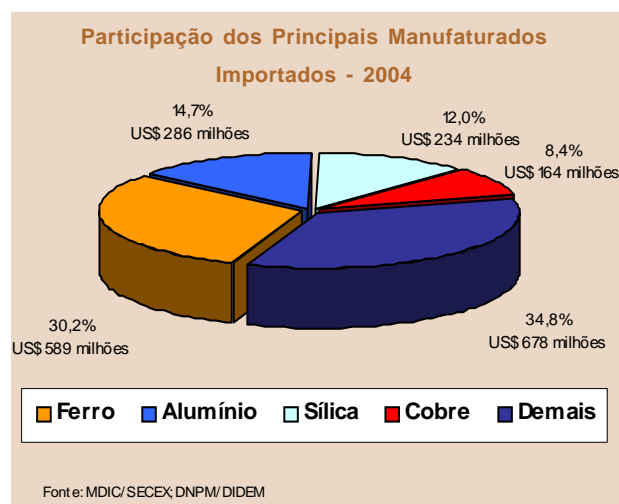
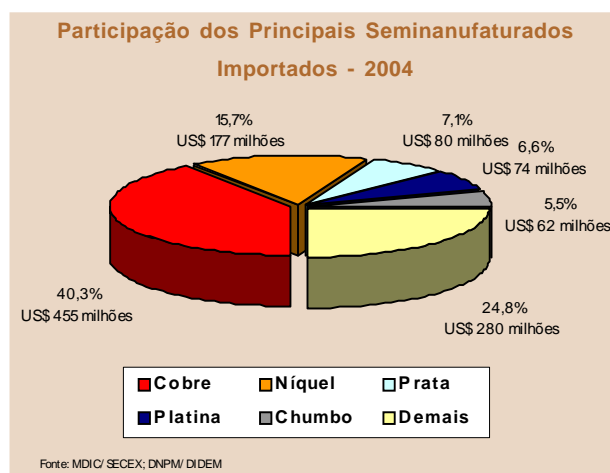
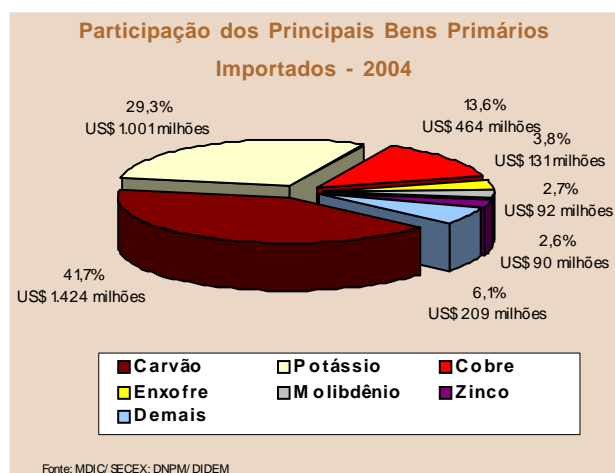
Nota: ⁽¹⁾ Exclusive petróleo, gás natural e seus derivados.

Setor Mineral Brasileiro
Principais Produtos Importados
2003-2004 ⁽¹⁾

Discriminação	2003		2004	
	t	US\$-FOB milhões	t	US\$-FOB milhões
Bens Primários	-	2.141	-	3.411
Carvão	17.471.351	950	18.464.250	1.424
Potássio	5.291.827	638	6.906.042	1.001
Cobre	412.625	195	541.385	464
Enxofre	1.755.057	104	2.021.353	131
Molibdênio	5.257	34	5.384	92
Zinco	260.586	66	261.860	90
Outros	-	154	-	209
Semimanufaturados	-	703	-	1.128
Cobre	152.945	274	156.205	455
Níquel	15.425	137	12.842	177
Prata	459	70	376	80
Platina	12	52	6	74
Chumbo	56.524	29	69.232	62
Outros	-	141	-	280
Manufaturados	-	1.460	-	1.951
Ferro	808.171	490	533.250	589
Alumínio	80.794	267	91.503	286
Sílica	213.550	175	306.701	234
Cobre	31.879	92	41.456	164
Outros	-	436	-	678
Compostos Químicos	-	1.357	-	1.858
Rochas Fosfáticas	4.025.124	725	5.511.874	1.103
Sal	1.822.781	210	1.963.371	218
Titânio	67.240	113	80.372	140
Nitrato de Sódio	165.484	30	182.495	35
Alumínio	29.683	26	37.388	34
Outros	-	253	-	328

Fontes: MDIC/SECEX; DNPM/DIDEM.

Nota: ⁽¹⁾ Exclusive petróleo, gás natural e seus derivados.



ENCARGOS ESPECÍFICOS DA MINERAÇÃO

No Brasil, os titulares de direitos minerários estão sujeitos, dependendo do regime de exploração e aproveitamento de recursos minerais, a incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, Taxa Anual por Hectare e Emolumentos. Neste contexto, a receita total desses encargos importou em R\$ 359 milhões em 2004, 32,9% superior ao registrado no exercício anterior. A propósito,

em termos reais o valor arrecadado cresceu 21,4%.

A CFEM arrecadada no exercício 2004 mostrou-se 30,5% maior do que a do ano anterior. Esse crescimento foi sustentado pela expansão acentuada da arrecadação de substâncias minerais voltadas, principalmente, para exportação, como ferro, bauxita e ouro, caulim e cobre que responderam por quase 70,0% das receitas arrecadadas em 2004.

Arrecadação dos Encargos Específicos da Mineração (2003-2004)

Receitas	Em. R\$		
	2004	2003	Variação Percentual (%)
CFEM	326.092.633	249.843.523	30,5
TAH	27.015.206	15.569.577	73,5
EMOLUMENTOS	5.977.898	4.866.120	22,8
TOTAL	359.085.737	270.279.220	32,9

Fonte: DNPM/DIPAR

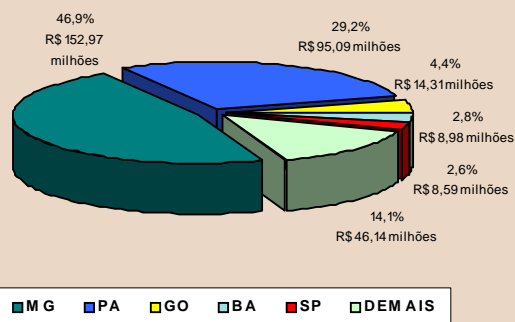
Em termos participativos das Unidades de Federação, destacaram-se os Estados de Minas Gerais com 46,9 % da arrecadação, Pará com 29,2 % e Goiás com 4,4 %, que juntos arrecadaram cerca de R\$ 263 milhões em 2004. Ressalta-se que, apenas os Estados do Amazonas e Pernambuco tiveram queda de arrecadação da CFEM, em 2004, comparado ao ano de 2003.

É importante destacar que entre os cinco maiores municípios produtores de bens minerais, três estão localizados em Minas Gerais, Itabira (9,8%), Nova Lima (5,5%) e Mariana (5,2%) e dois municípios situados no

Estado do Pará: Parauapebas (15,0%) e Oriximiná (8,4%), que juntos arrecadaram 43,9% (R\$143,24 milhões).

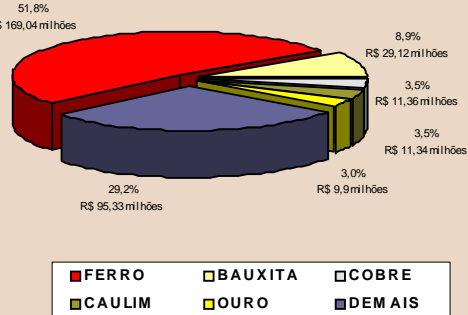
Em relação à arrecadação de R\$ 27 milhões da Taxa Anual por Hectare em 2004, 73,5% superior a 2003, foi fruto do crescimento de renovação de alvarás de pesquisa no Estado do Pará, somado aos grandes números de alvarás autorizados, principalmente, nos Estados do Tocantins, Bahia e Mato Grosso. Também contribui para essa forte receita a atualização dos valores da Taxa Anual por Hectare (TAH) em 46,3%, no início de setembro de 2004.

Participação Percentual em Valor dos Principais Estados na Arrecadação da CFEM - 2004



Fonte: DIPAR/DNPM.

Participação Percentual em Valor das Principais Substâncias na Arrecadação da CFEM - 2004

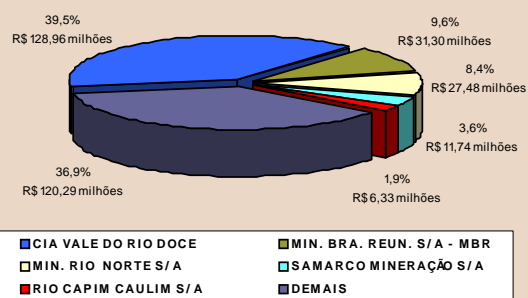


Fonte: DIPAR/DNPM.

A s empresas, CVRD com participação de 39,5%, Minerações Reunidas Brasileiras – MBR, com 9,6 %, Mineração Rio do Norte - MRN com 8,4%, SAMARCO Mineração SA com 3,6% e Rio Capim Caulim S.A com 2,0 %, arrecadaram juntas 63,1 % do total de R\$ 326 milhões da CFEM em 2004.

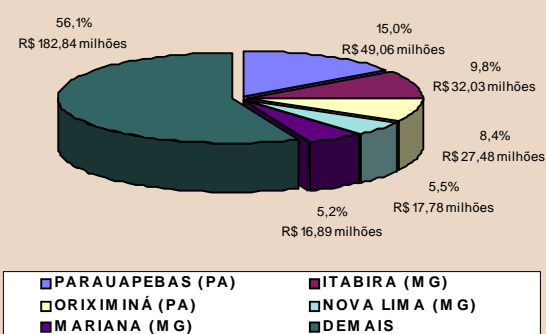
O incremento de 22,8 % na arrecadação dos Emolumentos em 2004, frente a 2003, foi motivado pelo reajuste verificado em 46,3% nos requerimentos de autorização de pesquisa, de permissão de lavra garimpeira e de imissão de posse na jazida, bem como o aumento de preço (74,3%) no requerimento de registro de licença.

Participação Percentual em Valor das Principais Empresas na Arrecadação da CFEM - 2004



Fonte: DIPAR/DNPM.

Participação Percentual em Valor dos Principais Municípios na Arrecadação da CFEM - 2004



Fonte: DIPAR/DNPM.



DESTAQUE

O BRASIL MINERAL e o IDH-M: (PIB, CFEM, FPM)

Antonio Fernando da S. Rodrigues, Geól. MSc., Diretor-DIDEM

Marco Antonio V. Moreira, Adm., Diretor-DIPAR

Como destaque nesta edição do INFORME MINERAL, apresenta-se um exercício de relacionamento entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, o Fundo Constitucional de Participação dos Municípios - FPM e a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, com ênfase aos principais Municípios produtores de *commodities* minerais do Brasil. Portanto, este artigo tem dois objetivos: realizar exercício matricial entre os mapas indicativos de Desigualdades Regionais (Pobreza) no País e as Receitas Municipais (CFEM+FPM), e provocar a reflexão à busca de explicar os porquês de discrepâncias de IDHs entre Municípios com significativas arrecadações de CFEM, com prevalência nas regiões Norte e Nordeste do País.

Conceitualmente, compete reiterar que, a metodologia de cálculo do IDH-M envolve três dimensões (Educação: alfabetização e taxa de matrícula; Longevidade; esperança de vida ao nascer; e Renda: PIB per capita), onde os índices variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), de cuja combinação gera-se um indicador síntese. Portanto, os municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 são considerados médios; e aqueles com IDH-M superior a 0,800 têm o desenvolvimento humano considerado alto.

A contextualização dos Estados no *ranking* de IDH-M do Brasil (PNUD, 2001), destacam-se na faixa de alto desenvolvimento humano os seguintes: 1º) Distrito Federal (0,844), 2º) São Paulo (0,814), 3º) Rio Grande do Sul (0,809), 4º) Santa Catarina (0,806) e 5º) Rio de Janeiro (0,802). Por outro ângulo, aponta na faixa média-interior IDH-M: Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687). Todos os demais se inserem na categoria de médio.

É importante enfatizar, entretanto que, tanto em 2000, como em 1991, nenhum Estado situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano, destacando-se a Educação como componente que mais influenciou no aumento do IDH-M. Por sua vez, a componente renda – não obstante contribuir para o acréscimo geral do IDH-M do Brasil – apresenta grandes variações quando se analisam individualmente os Estados, haja vista a participação variar de -37,64 % (RR) até 35,15% (SC).

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, institucionalizada pela Constituição de 1988 (Art. 20, § 1º), estabelece o pagamento realizado pelo minerador em contraprestação à utilização econômica dos recursos minerais. Portanto, as dúvidas existentes sobre bi-tributação foram definitivamente dirimidas por Decisão do STF, não podendo ser considerada um tributo, mas sim um preço-público. Com efeito, toda e qualquer pessoa física ou jurídica, que explore substâncias minerais, para fins de aproveitamento econômico, é obrigada a pagá-la.

A propósito, entre as principais receitas-transferências da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados-FPEX; o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR.

Nesse contexto, o Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, cuja distribuição aos Municípios é feita de acordo o número de habitantes.

RANKING MUNICIPAL DE ARRECAÇÃO DE CFEM

Royalties sobre Minerais

2003-2004

Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA	POP ³	FPM	CFEM/Pop	CFEM/km ²	Subst.	IDH-M	%	CFEM (\$ 10 ³)	Δ%CFEM
ANOS	(km ²)	(habit.)	2002	2004	(R\$/km ²)	Mineral	1980 1991 2000	(80/00)	2003 2004	(2004-03)
BRASIL¹	8.514.877	183.784.623	...	1,77	38,30	...	0,680 0,714 0,769	13,09	291.024 326.079	12,05
BR-M (65%)²	189.207 295.258	56,05
Taxa/ha (R\$)	17.386 23.902	37,48
MUNICÍPIO-UF	239.620	1.096.768	129.980.438	193,28	884,64	143.079 211.978	48,16
1. Parauapebas-PA	7.008	88.519	7.502.535	342,33	4.324,18	Ferro	... 0,601 0,741	23,29	28.845 30.303	5,05
2. Oriximiná-PA (3°)	107.603	52.392	4.904.282	467,98	227,86	Bauxita	0,540 0,637 0,717	32,78	14.128 24.519	73,54
3°. Itabira-MG (2°)	1.256	104.843	9.738.719	218,95	18.269,55	Ferro	0,698 0,743 0,798	14,33	27.259 22.956	-15,79
4°. Nova Lima-MG (5°)	428	70.537	7.789.829	252,12	41.507,51	Au, Ferro	0,723 0,775 0,821	13,55	8.087 17.784	119,91
5°. Mariana-MG (4°)	1.193	51.086	6.136.706	330,73	14.158,85	Ferro	0,606 0,673 0,772	27,39	11.299 16.896	49,54
6°. Brumadinho-MG (10°)	640	30.362	4.544.067	401,10	19.024,13	Ferro	0,657 0,661 0,773	17,66	4.078 12.178	198,64
7. Ouro Preto-MG (6°)	1.245	68.208	7.905.294	163,54	8.958,63	Ferro	0,706 0,689 0,787	11,47	7.675 11.155	45,34
8. Itabirito-MG	543	40.882	5.842.372	270,21	20.343,31	Ferro	0,719 0,718 0,786	9,32	4.411 11.047	150,43
9°. Ipixuna do Pará-PA(7°)	5.217	33.531	3.431.618	289,68	1.861,85	Caulim	... 0,542 0,622	14,76	5.586 9.713	73,88
10°. Congonhas-MG (11°)	306	44.279	6.274.205	164,91	23.895,83	Ferro	0,699 0,697 0,788	12,73	3.291 7.302	121,85
11°. Rosário Catete-SE (15°)	105	7.853	2.335.595	752,37	56.049,95	Potássio	... 0,560 0,672	20,00	2.926 5.908	101,92
12. Barão Cocais-MG	341	24.981	4.395.374	166,68	12.222,21	Ferro	0,676 0,620 0,757	11,98	3.234 4.164	28,74
13. Vitória do Jari-AP	2.483	10.045	1.053.854	465,87	1.884,99	Caulim	... 0,551 0,659	19,60	3.036 4.680	54,15
14. Santa Bárbara-MG	684	25.239	4.544.067	172,58	6.366,00	Ferro	0,624 0,627 0,762	22,12	2.941 4.356	48,10
15°. Jaguarari-BA (22°)	2.567	25.499	4.794.644	146,65	1.456,60	Cromo	0,445 0,442 0,646	45,17	1.350 3.739	177,06
16. Minaçu-GO	2.861	34.285	4.150.280	107,91	1.293,26	Crisolita	0,563 0,609 0,749	33,04	2.277 3.700	62,49
17. Tapira-MG (19°)	1.180	3.509	1.947.457	1.042,60	3.099,80	Apatita/Nb	0,618 0,734 0,780	26,21	1.819 3.658	101,17
18. Paracatu-MG	8.232	81.599	8.439.022	43,81	434,26	Au, Zinco	0,622 0,655 0,760	22,19	1.841 3.575	94,23
19°. Fortaleza Minas-MG (21°)	219	3.738	1.655.339	873,36	14.916,84	Níquel	0,547 0,638 0,765	39,85	1.731 3.265	88,62
20. Catalão-GO	3.778	69.459	7.323.197	42,71	785,27	Apatita	0,690 0,727 0,818	18,55	1.810 2.966	63,89
21°. Corumbá-MS (17°)	64.961	99.441	10.586.803	27,85	42,63	Ferro	0,714 0,702 0,771	7,98	2.089 2.770	32,58
22°. Araxá-MG (9°)	1.165	83.659	8.156.466	26,08	1.872,22	Apatita	0,735 0,775 0,799	8,71	1.483 2.181	47,13
23°. Pres.Figueiredo-AM (24°)	25.422	22.273	3.131.353	72,67	63,67	Cassiterita	... 0,710 0,741	4,37	948 1.619	70,66
24. Forquilha-SC	182	20.549	3.397.359	75,26	8.501,19	Carvão	... 0,736 0,797	8,29	935 1.546	65,43

Fonte: DIDE-M-DIPAR/DNPM, 2005; IBGE (Resolução nº 05, de 10.10.2002); PNUD, 2005; STN, 2005; IPEA, 2005.

Notas: ¹BRASIL; ²Brasil-M; ³POP: População estimada - IBGE, 2004; (...): não disponível; (Em verde municípios)

São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual – o mínimo é de 0,6 para Municípios com até 10.188 habitantes, e o máximo é 4,0 para aqueles acima 156 mil. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81.

Cabe ao Tesouro Nacional o rateio da receita proveniente da

arrecadação de impostos, que representa um importante instrumento para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios. Do total de recursos 10% são destinados às capitais, 86,4% para os demais Municípios e 3,6% para o fundo de reserva a que fazem jus aqueles com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3.8), excluídas as capitais.

Considerações Gerais

PRESSUPOSTOS

Os recursos da CFEM devem ser aplicados em ações e projetos que: direta ou indiretamente, revertam em prol da comunidade local;

I – contribuam para a melhora da saúde, educação, infra-estrutura ou qualidade ambiental;

II – Ademais, não podem ser utilizados no pagamento de dívidas ou do quadro permanente de pessoal.

O DNPM, em ações transversais entre as Diretorias de Desenvolvimento e Economia Mineral – DIDEM e a de Planejamento e Arrecadação – DIPAR, está apoiando pesquisas com foco na aplicação dos recursos da CFEM e seus reflexos sociais. Mais especificamente, nas possibilidades e desafios de captar e bem utilizar as receitas da mineração para promover o desenvolvimento sustentável regional.

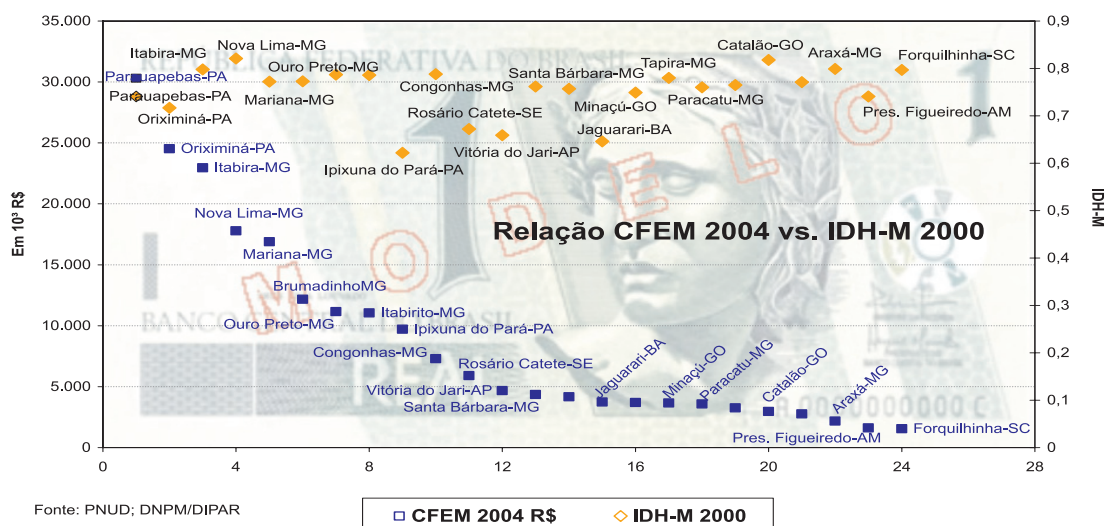
Adicionalmente, admite-se urgir um necessário *Choque de Gestão Orçamentária Municipal*, pela mudança cultural e pelo exercício da cidadania democrática participativa, propugnando-se o monitoramento efetivo das Câmaras Legislativas Municipais e a influência do munícipe na tomada decisão sobre a melhor aplicação dos recursos financeiros originados dos repasses federais das CFEMs (65% dos *royalties* de minerais, petróleo e GNP), quiçá suficientes para contribuir na reversão dos quadros de desigualdades sócio-econômicas.

Enfim, há que se promover uma verdadeira ruptura do modelo de desenvolvimento perverso, denunciado pelo contraste de elevadas arrecadações de CFEMs e baixos IDH-Ms de vários municípios com inequívoco potencial e vocação minero-econômica, com prevalência nas Regiões Norte e Nordeste do País, senão vejamos:

Para fins de exercício comparativo entre os indicadores de 1991 e 2000, observa-se que o IDH-M, mediano, do Brasil, evoluiu de 0,680 (1980) para 0,769 (2000);

Os IDHs dos Estados tradicionalmente mineradores, com expressiva arrecadação de CFEM, não se encontram entre aqueles 5 considerados na faixa de desenvolvimento alto;

Neste contexto, inobstante a dificuldade de afirmar-se empiricamente que os *royalties* da mineração contribuíram em maior ou menor grau para o bem estar coletivo, pode-se observar que, no *ranking* de arrecadação de CFEM (2004), situando-se na faixa de alto desenvolvimento humano, destacam-se os municípios de Nova Lima-MG (0,821) e Catalão-GO (IDH-M: 0,818); e na média-alta: Araxá-MG (0,799). Itabira-MG (0,798), Forquilha-SC (0,797), Congonhas-MG (0,788) e Itabirito (0,771) (gráfico abaixo). Ademais, ao se comparar os recursos de CFEM e FPM destinados, por exemplo: Parauapebas, observa-se que a receita de CFEM significativamente superior às de FPM (4 vezes); Itabira-MG 2,4 maior e Nova Lima 2,3 acima do FPM (ver planilha anexa);



– Importa destacar, os significativos saltos de IDH-M dos seguintes municípios: Jaguarari-BA (IDH-M: 45%), Fortaleza de Minas (39,85%), Tapira –MG (26%), Oriximiná-PA (32,78% e Parauapebas (23,29%).

– Torna-se desejável a mudança cultural na perspectiva da maior **Responsabilidade Social e Cidadania Corporativa das Mineradoras**, aderindo, inclusive ao Pacto de Combate ao Trabalho Infantil e Adolescente na Mineração, a ser encetado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e Ministério de Desenvolvimento Social-MDS. Importa enfatizar que o Governo já implementa o Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 37, de 20.03.2004, que sucede ao Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) como uma estrutura de projeto a funcionar na dependência do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, e desenvolve, entre outras medidas, o Programa de Integrado de Educação e Formação – PIEF (despacho conjunto n.º 948/2003);

– A Filosofia da Economia Solidária e Cooperativa é reconhecida pelo Governo Federal como um importante instrumento de Política Pú-

blica Mineral, para a formalização das atividades minerárias ainda à margem da legislação, à busca da competitividade pela eficiência coletiva e na perspectiva do desenvolvimento sustentável, includente.

Conclusivamente, advoga-se que as condições de superação da indesejável desigualdade regional, perpassa pela associação de políticas públicas assistencialistas (tipo Bolsa-Escola, Fome-Zero, Salário-Família) – que aplacam algumas consequências da pobreza, mas não a elimina – às políticas públicas estruturantes (tipo Investimento nos Pobres). Estas estão sendo induzidas pelo Crédito Popular Produtivo – que tem como suporte os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (BNB-Credi-Amigo) e Norte (BASA: Promicro) – cuja capilaridade tem sido efetivada por ações de ONGs. Com efeito, a perspectiva de resgate definitivo dos direitos elementares de cidadania, existe e significa orientar melhores aplicações dos recursos da CFEM, a fim de contribuir e dotar aquela massa excluída de ativos como educação e saúde, bem como melhoraria das condições de acessibilidade à terra (ao subsolo, recursos minerais) e ao crédito, *sine qua non* à autonomia de geração de renda e ao desenvolvimento sustentável, includente

IV. ÍNDICE DE PREÇOS

A taxa acumulada do índice de preços da Indústria Extrativa Mineral apresentou, em 2004, crescimento de 16,6%. O índice geral de preços (oferta global) no mesmo período acumulou 11,2%. O índice Ferro, Aço e derivados posicionou-se como um dos maiores preços do exercício de 2004 apresentando elevação de 50,1%.

Esse segmento tem sido beneficiado pelo aquecimento da economia global, com significativa elevação de preços das *commodities* nos mercados interno e externo, influenciado

principalmente pela crescente demanda da indústria chinesa. Os demais índices de preços relacionados ao setor mineral apresentaram crescimento de 24,1% para os metais não-ferrosos e acréscimo de 7,4% para os minerais não-metálicos.

PREÇOS POR ATACADO – OFERTA GLOBAL – BRASIL – 2004
(Base: Agosto / 94 = 100)

PERÍODO MESES	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS OFERTA GLOBAL	PRODUTOS INDUSTRIAIS			
		EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
			MINERAIS NÃO METÁLICOS	FERRO, AÇO E DERIVADOS	METAIS NÃO- FERROSOS
JAN	290,427	292,077	257,717	331,980	267,519
FEV	293,562	300,796	260,807	342,560	287,590
MAR	296,294	312,705	263,953	355,417	302,451
ABR	299,679	322,399	266,012	372,491	306,723
MAI	304,051	332,764	267,703	385,419	310,076
JUN	307,955	333,452	269,262	393,408	311,881
JUL	311,443	335,254	270,851	412,076	311,377
AGO	315,516	333,718	272,049	444,899	317,362
SET	317,036	328,973	274,130	457,719	322,497
OUT	318,717	336,767	277,584	491,500	329,687
NOV	321,335	343,743	277,581	496,658	330,966
DEZ	323,002	340,488	276,893	498,361	332,085

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV – Revista Conjuntura Econômica (ago-2004 & fev-2005).

BRASIL: CONTAS NACIONAIS

1999-2004

Principais Agregados Macroeconômicos

	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ^c
B						
R						
A						
S						
I						
L						
Produto Interno Bruto¹ (R\$ 10⁶)	1.552.370	1.620.064	1.641.328	1.672.954	1.682.071	1.769.202
(US\$10³)	530.743	553.887	561.157	571.970	575.087	604.876
Produto Mineral Bruto - PMB^{em}	4.777	8.862	14.030	16.587	19.553	23.590
PMBtm	44.052	47.080	47.137	48.045	54.058	63.512
IDH-M	0,714	0,769

	Municípios	Ranking Municipal 2002				IDH-M	
						1991	2000
C	1º São Paulo-SP					0,805	0,841
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)	112.547.952	127.434.690	134.306.688	140.061.740
	População (10 ⁶ hab.)	10.398	10.485	10.572	10.660
	PIB <i>per capita</i> (R\$)	10.824	12.154	12.704	13.139
A	2º Rio de Janeiro-RJ					0,798	0,842
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)	54.087.660	57.749.476	59.636.908	62.863.742
	População (10 ⁶ hab.)	5.841	5.882	5.924	5.966
	PIB <i>per capita</i> (R\$)	9.260	9.818	10.067	10.537
P	3º Brasília-DF					0,799	0,844
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)	22.259.760	29.585.920	33.051.210	35.666.980
	População (10 ⁶ hab.)	2.031	2.080	2.130	2.180
	PIB <i>per capita</i> (R\$)	10.960	14.224	15.517	16.361
I	4º Manaus-AM					0,745	0,774
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)	12.943.080	2.007.889	2.131.600	2.262.016
	População (10 ⁶ hab.)	1.374	1.417	1.460	1.504
	PIB <i>per capita</i> (R\$)	9.420	1.417	1.460	1.504
T	5º Belo Horizonte-MG					0,791	0,839
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)	14.423.859	16.063.890	17.050.176	18.621.993
	População (10 ⁶ hab.)	2.229	2.253	2.277	2.301
	PIB <i>per capita</i> (R\$)	6.471	7.130	7.488	8.093
A	6º Duque de Caxias-RJ					0,700	0,753
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)
	População (10 ⁶ hab.)
	PIB <i>per capita</i> (R\$)
I	7º Curitiba-PR					0,799	0,856
	Produto Interno Bruto (R\$ 10 ⁶)	12.418.875	12.979.635	13.673.505	13.999.320
	População (10 ⁶ hab.)	1.575	1.605	1.635	1.665
S	PIB <i>per capita</i> (R\$)	7.885	8.087	8.363	8.408

Fonte: DIDEM-DNPM, 2005; BCB, 2005; IBGE, 2005.

Notas: PIB a preços de 2004; (...) não disponível; PMB^{em}, tm: Produto Mineral Bruto Extrativismo Mineral e Transformação Mineral.

